

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

integração racial, Martin Luther King, Jr.), não tardaram a sentir-se ameaçados pelas suas implicações igualitárias e, sobretudo, pela radicalização dos afro-americanos (*Black Power*).

Em pleno contexto de Guerra Fria, estes *neocons* convenceram-se de que era necessário reinventar o destino que reiteravam excepcional da nação americana numa política externa agressiva. Esta preocupação viria a acentuar-se durante as presidências de George H. Bush, Bill Clinton e George W. Bush. E continuou com Barak Obama, que tem dado continuidade ao belicismo imperialista que sempre definiu os Estados Unidos.

Depois do colapso da União Soviética, o objectivo dos *neocons* passou a ser aumentar a hegemonia e o poderio dos Estados Unidos como a única potência mundial, e alargar e consolidar um novo imperialismo americano. O programa político dos *neocons* para reinventar o excepcionalismo americano assenta em dois imperativos, e tem tido a conviência dos grandes meios de comunicação social: a necessidade de defender a todo o custo, de supostos iminentes ataques “terroristas”, os Estados Unidos, essa dita salvaguarda última do “mundo livre”; e a liberalização dos mercados financeiros para continuar a garantir o dólar, contra o euro, como moeda da globalização. E assim se chegou ao paradoxo de esta nação “excepcional” ter uma dívida soberana que ameaça incumprimento, ao mesmo tempo que controla os destinos do resto do mundo.

Maria Irene Ramalho

Nota: A pedido da autora, esta entrada mantém a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.

Neoliberalismo

Não passaria de um *slogan* usado por anticapitalistas ou de uma tentativa para regressar ao virtuoso capitalismo *laissez-faire*. Assim desaparecem os traços distintivos de um feixe de ideias que se desenvolveu a partir dos anos trinta do século XX, quando o termo é cunhado, e que encontrou nos anos setenta a oportunidade para uma continuada hegemonia

Deve ser entendido como um projeto que busca encontrar soluções, com um grau mínimo de aceitação social que, em democracias de alcance tanto quanto possível limitado, ou mesmo em regimes autoritários ditos de exceção, permitam subordinar a atuação dos governos à promoção de engenharias políticas mercantis em áreas crescentes da ampla vida social. Política, moralidade ou direito são vistos de forma instrumental, num projeto

que aposta numa profunda reconfiguração do Estado e das suas funções, e que vai para lá da privatização, da liberalização financeira e comercial ou da desregulamentação das relações laborais.

O objetivo é também o de encontrar soluções institucionais que favoreçam a progressiva entrada dos grupos privados nas áreas da provisão pública. Limitar os efeitos da democracia na economia, entregando a política económica a instituições independentes do poder político e limitadas por regras orientadoras, e fragilizar a ação coletiva dos trabalhadores pressupõe uma atenção às motivações humanas, seguindo a injunção de Margaret Thatcher: «a economia é o método, mas o objetivo é mudar a alma». Isto traduz-se na difusão de uma ideologia do empreendedorismo, em que indivíduos declarados livres, porque imersos em mercados, aprenderiam a encarar as escolhas pelo prisma do ganho pecuniário e sempre sob a sua exclusiva responsabilidade. O construtivismo é combinado com uma retórica naturalista sobre a ordem espontânea de um mercado tendencialmente global e difusor da cooperação e do civismo. Ancoradas na ideia de que a justiça social não passaria de inveja idealizada, as regras económicas neoliberais favorecem a concentração de recursos no topo da pirâmide social.

João Rodrigues

OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial e num contexto, vindo já do século XIX, de grandes desequilíbrios na relação entre capital e trabalho, de que resultava enorme pobreza e ausência de justiça social, fatores que minavam a paz e alimentavam a guerra. A primeira Convenção (ainda em 1919) instituiu a jornada das oito horas.

Desde a sua origem, a OIT, de natureza tripartida – governos, organizações de trabalhadores e patronais –, prestou atenção aos problemas que marcam o mundo do trabalho e contribuiu grandemente para a afirmação de direitos laborais e sociais fundamentais, do direito do trabalho, da negociação coletiva e do diálogo social. Da sua Constituição consta uma vocação universalista e uma forte preocupação com a necessidade de reconhecer e conferir um sentido humanitário ao mundo do trabalho, posição reforçada na *Declaração de Filadélfia* (1944), que afirma: «o trabalho não é uma